



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no AI nº: **314062-5 – Recife (24ª Vara Cível)**

Recorrente **MBM Seguradora S/A**

Recorrido: **Severino Firmino Rodrigues da Silva**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Acórdão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO LEGAL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ÔNUS DA SEGURADORA. DECISÃO MANTIDA. Conforme determina o artigo 33 do Código de Processo Civil, caberá à Seguradora suportar o encargo com os honorários do perito médico designado pelo Juízo quando o exame é por ela requerido. Recurso de Agravo não provido. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 314062-5**, da Comarca de Recife, em que figuram como Recorrente **MBM Seguradora S/A**, e como Recorrido **Severino Firmino Rodrigues da Silva**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** o **Recurso de Agravo** interposto pelo **MBM Seguradora S/A**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de setembro de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no AI nº: **314062-5 – Recife (24ª Vara Cível)**

Recorrente **MBM Seguradora S/A**

Recorrido: **Severino Firmino Rodrigues da Silva**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Relatório

Cuida-se de **Recurso de Agravo** interposto por **MBM Seguradora S/A** (fls. 96/101) contra decisão terminativa proferida no **Agravo de Instrumento** manejado pela ora recorrente (v. fls. 91/93).

O *decisum* referido negou seguimento ao agravo de instrumento da MBM, interposto perante esta relatoria na tentativa de reformar a interlocutória proferida pelo Juízo da 24ª Vara Cível da Capital na Ação de Cobrança de Seguro Dpvt nº 0103191-84.2010.8.17.0001, promovida por Severino Firmino Rodrigues da Silva.

A irresignação decorreu do fato de o julgador de piso ter nomeado perito médico para conceber a prova técnica na pessoa do recorrido, acidentado e autor da demanda, arbitrando-se, ainda, honorários em favor do *expert* no valor correspondente a 03 (três) salários mínimos, imputando-se à ora recorrente o respectivo encargo pecuniário.

Na oportunidade, a Seguradora agravante alegou que caberia ao acidentado a obrigação de arcar com o pagamento dos honorários periciais, na medida em que o interesse na produção da prova era exclusivamente seu.

Considerando que foi a MBM quem postulou expressamente a produção da prova supra, o recurso foi improvido pela via monocrática, consoante o permissivo legal inserido no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

Através do novo inconformismo, nesta sede eminentemente de retratação, a MBM refuta a decisão sob um único enfoque. Alega que a escolha em designar um perito médico se mostrou equivocada, na medida em que o departamento médico local, leia-se IML, possui competência e qualificação para fazer o mesmo exame, e sem qualquer encargo para as partes.

Diante desse argumento, espera que o recurso seja provido para deconstituir a terminativa recorrida e, por efeito, restaurar-se o trâmite do agravo interposto, reformando-se, mais adiante, a decisão agravada e atribuindo-se ao recorrido o dever de suportar a perícia médica, ou para submetê-lo a exame junto ao IML local.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo legal à apreciação da Câmara.

Está feito o relatório.

Recife, 26 de setembro de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravão no AI nº: **314062-5 – Recife (24ª Vara Cível)**

Recorrente: **MBM Seguradora S/A**

Recorrido: **Severino Firmino Rodrigues da Silva**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Voto

Deseja a recorrente reforma de decisão que extinguiu agravo interposto contra despacho, prolatada em ação de cobrança de seguro dpvat, que atribuiu para si o encargo pelo pagamento da verba profissional do médico perito indicado para examinar o demandante/recorrido sob o ponto de vista traumatológico.

A MBM alega que o IML local poderia fazer esse exame sem que houvesse encargo para as partes.

Bem, em que pese o novo argumento ser pertinente, não tenho dúvidas em afirmar que nada correlato foi argumentado no agravo.

A Seguradora, muito embora tenha transcrito um acórdão que sugerisse o novel argumento (v. fls. 06), não apontou que sua posição externada nas razões recursais de outrora estaria calcada nesse ponto em específico, ou até alternativamente.

Na oportunidade, o argumento de agora soava mais como uma consequência do que o juiz da causa poderia fazer para não tolher o direito à constituição da prova técnica requerida, no caso o exame traumatológico, que indicaria com mais clareza e substância o grau de invalidez do segurado, e se a pretensão formulada poderia ser acolhida ou não.

Decerto que se o encargo fosse invertido e se atribuisse ao demandante, por reforma, a obrigação de pagar os honorários do profissional médico, a remessa ao IML se mostraria uma opção menos gravosa sob o ponto de vista econômico-financeiro.

Por isso a pertinência do argumento.

Mas observe-se que a prova em questão foi requerida pela própria Seguradora, quando afirmou que se indispensável fosse, requeria a produção do exame, devendo assim, suportar sozinha o encargo, até porque a legislação processual civil em vigor determina que a remuneração do perito será paga pela parte que houver requerido o exame (v. art. 33, *caput*, CPC¹).

A terminativa combatida, em certo trecho, tratou de enfatizar esse detalhe. Confira-se: "*Com efeito, embora a agravante paute suas razões na responsabilização do encargo pelo acidentado/agravado, ela mesma havia requerido a realização de perícia médica no demandante/agravado, quando, na peça apelatória (fls. 57/81), requereu expressamente que "caso seja necessário produzir-se prova pericial, com o intuito de provar as alegações*

¹ "Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz."

contidas na inicial, requer sua produção...". (v. fls. 79), impondo-se, portanto, o ônus com a produção da referida prova." (fls. 92)

Ultrapassado e sem mais cabimento, o argumento não tem como prosperar.

A decisão atacada está correta e não merece a reforma pretendida.

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo interposto por **MBM Seguradora S/A**, restando intacta a terminativa vergastada.

É como voto.

Recife, 26 de setembro de 2013.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator